



Falhas no eSocial inspiram propostas de desburocratização

Marcos Oliveira/Agência Senado



Comissão de juristas que sugere projetos para agilizar a administração pública debateu ontem problemas com o cadastro de empregados domésticos

Sugestões de propostas que impeçam o governo de editar normas administrativas por medida provisória e de exigir do cidadão informação que já tenha em seus bancos de dados foram apresentadas na Comissão da Desburocratização. Para os juristas, falhas na geração da guia do eSocial evidenciaram a importância do trabalho do colegiado. **3**

Juristas da Comissão da Desburocratização discutem as dificuldades para emissão de guia de recolhimento

Senado lança livro que reúne reportagens do *Arquivo S 2*

TV pública e Ancine querem inovação e investimento **6**

Designer de interiores pode ter projeto votado logo **8**

Ana Volpe/Agência Senado



CPI deve propor revisão da política de segurança

Os participantes de debate ocorrido ontem na CPI do Assassinato de Jovens disseram que a criminalização do jovem pobre, negro e morador da periferia está relacionada a uma cultura da violência, baseada no racismo e no preconceito. E, para combater os homicídios, apontaram propostas, como desmilitarização e melhoria da formação da polícia, maior controle das armas de fogo, revisão da política de combate às drogas e ampliação dos canais de denúncia e do acesso à Justiça. **7**

Relator da CPI do Assassinato de Jovens, Lindbergh (C) sugeriu mais uma audiência, na Baixada Fluminense, antes de concluir os trabalhos

Novembro Azul alerta para câncer de próstata **2**

Sessão solene homenageia 85 anos da OAB **8**

Seminário abre campanha em favor da adoção **2**

Governança do esporte no país é foco de juristas

Comissão de juristas encarregada pelo Senado de propor uma lei geral para o esporte deve definir hoje os temas que serão abordados durante o trabalho. Ontem foram apresentados mais de dez tópicos para análise dos membros, com destaque para os padrões de administração das entidades esportivas e de responsabilização dos dirigentes. A nova legislação também deverá tratar das relações de trabalho nos esportes, dos incentivos para as atividades esportivas, da revisão dos direitos de arena e do Estatuto do Torcedor. **8**

especial
Cidadania

Incentivo ao esporte escolar pode ser uma das heranças da Rio 2016

Projeto de Romário institui o Fundo Nacional do Esporte Olímpico e Paralímpico e visa estimular

a prática esportiva pelos estudantes. Atletas de alto rendimento podem ser beneficiados. **4 e 5**

Prefeitura do Rio de Janeiro



Estádio Nilton Santos: uso das obras após os jogos é motivo de receio



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan: se Orçamento não for votado até o fim do ano, não haverá recesso

Congresso analisa vetos no dia 17 para limpar pauta de votações

Há 13 vetos da presidente Dilma Rousseff à espera de análise dos congressistas. O presidente do Senado, Renan Calheiros,

ressaltou a importância de limpar a pauta para a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento de 2016. **3**

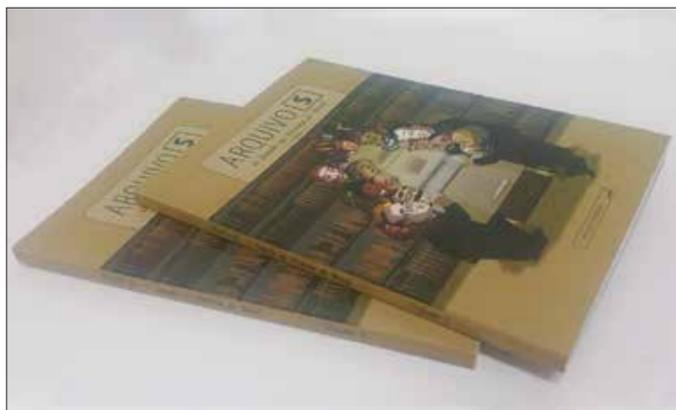
Livro que resgata memória do Senado será lançado hoje

Prefaciada pelo ex-presidente José Sarney, publicação reúne reportagens do *Arquivo S*, seção do **Jornal do Senado** dedicada a resgatar a atuação de senadores em momentos importantes da história do país

SERÁ LANÇADO HOJE o livro *Arquivo S: o Senado na história do Brasil*, coletânea de 12 reportagens publicadas no **Jornal do Senado** sobre a participação dos senadores em grandes momentos da história. Todas as matérias foram produzidas a partir de documentos históricos e raros sob a guarda do Arquivo do Senado. De acordo com o diretor-adjunto da Secretaria Agência e Jornal do Senado, Flávio Faria, os temas mantêm relação com a atualidade.

— Os assuntos surgem a partir de uma pauta definida em conjunto. Em geral, efemérides relacionadas a eventos com participação ativa do Senado. Depois disso, é feita uma pesquisa no arquivo e são ouvidos historiadores, estudiosos e consultores — afirma.

O livro surgiu da ideia de reunir em um só volume os textos publicados no jornal a partir de maio de 2014 e pode ser utilizado como fonte de informação sobre o Senado na



Livro traz histórias que vão da época do Brasil Império à fundação da Petrobras

história. Os fatos são narrados a partir dos pronunciamentos e projetos de lei da época, por isso seu conteúdo exclusivo. *Arquivo S*, seção mensal do jornal, é o resultado de parceria com o Arquivo do Senado. O jornalista Ricardo Westin produziu as reportagens.

Os textos respeitam a cronologia dos fatos, fazendo recortes que começam no Brasil Império e culminam na Nova República, passando pela Guerra do Paraguai e a fundação da Petrobras.

Autor do prefácio, o ex-presidente da República e ex-senador José Sarney ressalta que o livro “é uma contribuição importante ao acesso da população à matéria armazenada em nossos arquivos e à participação do Senado Federal nos principais momentos da formação de nosso país”.

O livro será lançado às 18h30 na Biblioteca do Senado.

Baixe o livro na íntegra, em pdf: <http://bit.ly/Arquivo-S>

Frente parlamentar promove campanha pela adoção

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida, presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), lança hoje, no Auditório Petrônio Portella, no Senado, a campanha Brasil, um país que adota.

Pela manhã, das 9h às 12h, haverá o seminário *Adota Brasil*, com palestras de representantes de instituições que atuam na área, além de juristas e parlamentares.

Entre os temas a serem abordados, estão o papel do Judiciário no setor, a importância dos grupos de apoio, o cadastro nacional e a Lei de Adoção.

No fim do seminário, será formado um grupo de trabalho

que elaborará as sugestões de modificação na lei. O ato de lançamento da campanha está marcado para as 14h.

A iniciativa deverá incluir atividades como audiências públicas e seminários em todas as assembleias legislativas estaduais e no maior número possível de câmara de vereadores. A ideia é aprofundar o debate entre a sociedade e o Poder Legislativo.

Os parlamentares da Frente da Família são procurados por pessoas que desejam adotar e que não encontram respaldo na legislação atual.

Também chegam à coordenação da entidade várias denúncias em relação a pre-

cariedade dos abrigos e casas acolhedoras no Brasil.

Recentemente, grupos de apoio à adoção estiveram reunidos com a Frente da Família reivindicando a adequação da lei e a conscientização sobre a importância da adoção.

Criada em 2007, a frente conta com 238 membros entre deputados federais e senadores. A entidade tem dedicado atenção especial à infância, apresentando e acompanhando propostas legislativas e políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes.

A frente também promove anualmente a campanha Todos contra a pedofilia.

Lindbergh diz que política econômica de Levy é equivocada

“A política econômica do governo federal está totalmente equivocada.” Quem afirmou isso foi Lindbergh Farias (PT-RJ), ao criticar a condução do ajuste fiscal adotado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que, disse, trouxe inflação e desemprego de volta.

O senador criticou o “tarifaço”, que aumentou o combustível e a energia elétrica e que fez com que a inflação atingisse 9,5%.

— Em alta estão o desemprego, que aumentou 3,3%; a inflação, que deu salto de 3,1%; o déficit público, que foi elevado em 2,63%; as despesas de juros, que sofreram um acréscimo de 2,8%. Em baixa, o rendimento dos trabalhadores, com redução de 4,3% de agosto de 2014 a agosto de 2015.

Wellington elogia Itamaraty por contestar restrição a frango do Brasil

Wellington Fagundes (PR-MT) elogiou a decisão do Ministério das Relações Exteriores de contestar na Organização Mundial do Comércio as restrições da Indonésia ao frango brasileiro. O senador ressaltou que o Brasil é o maior exportador de frangos do mundo e a qualidade do produto é reconhecida pelos 155 países que o consomem. Ele destacou a importância dessas exportações para a economia de Mato Grosso e classificou o fechamento do mercado da Indonésia como um desafio às regras internacionais.

— Em um quadro econômico como o atual, não podemos permitir que sejam reduzidas essas oportunidades.



Wellington Fagundes/Agência Senado



Genardo Magela/Agência Senado

Ana Amélia preside homenagem a instituto por combater câncer de próstata

Sessão do Congresso sobre Novembro Azul resalta vantagens da prevenção

A cada ano são diagnosticados 69 mil casos de câncer de próstata no Brasil — 7 diagnósticos por hora. Em 2013, 13 mil homens morreram por causa da doença. Os números foram apresentados ontem por Ana Amélia (PP-RS) na sessão do Congresso em homenagem ao Instituto Lado a Lado pela Vida, idealizador do movimento Novembro Azul, de prevenção à doença.

O câncer de próstata não tem fatores de risco e não apresenta sintomas na fase inicial. Quando surgem os sinais, 95% dos tumores estão em fase avançada.

— Os homens se preocupam mais em levar o carro para revisão do que com a saúde — disse a senadora.

A presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida, Marlene Oliveira, informou que os homens com casos na família devem procurar urologista a partir dos 45 anos. Para os demais, o primeiro exame deve acontecer aos 50 anos e ser repetido anualmente.

— O Novembro Azul é um modelo brasileiro que dialoga com todos os homens do país.

A coordenadora nacional de Saúde do Homem do Ministério da Saúde, Angelita Hermann, informou que, neste mês, há 40 mil equipes trabalhando para chamar a atenção dos homens. Ela enfatizou que, por falta de prevenção, os brasileiros vivem, em média, sete anos a menos do que as brasileiras.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- DESPORTO Comissão de juristas**
9h Reunião da comissão de juristas que elabora a Lei Geral do Desporto.
- CCT Pesquisa clínica em humanos**
9h Audiência sobre regras para pesquisas clínicas em seres humanos.
- CMA Educação ambiental**
9h30 Na pauta, projeto que fixa a Política Nacional de Educação Ambiental.
- CAE Quebra de sigilo**
10h Análise de projeto sobre prazo para cumprir quebra de sigilo bancário.
- CMO Orçamento das universidades**
10h Audiência sobre o contingenciamento de verba das universidades federais. Às 14h, análise de relatórios à proposta orçamentária para 2016.
- PRESIDÊNCIA Rússia**
11h Sessão em homenagem aos 85 anos da OAB. Às 12h30, recebe o presidente do Conselho da Federação da Assembleia Federal da Rússia. Às 15h30, reunião de líderes e, às 16h, ordem do dia.
- CONGRESSO 85 anos da OAB**
11h Sessão solene em homenagem aos 85 anos da OAB.
- CE Diplomas estrangeiros**
11h30 Exame de projeto sobre a revalidação de diplomas médicos estrangeiros.
- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h Pauta trancada pelas MPs 684 e 685.
- MP 689 Previdência de servidor**
14h30 Debate sobre contribuição previdenciária de servidor licenciado.
- MP 690 Imposto de bebidas**
14h30 Análise de relatório da MP 690, que eleva o tributo bebidas quentes.
- CCAI Legislação de inteligência**
14h30 Audiência sobre a reforma da legislação brasileira de inteligência.
- SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO Debate**
14h30 Audiência sobre minerais para a construção civil.
- VIOLENCIA CONTRA MULHER Audiência**
14h30 Audiência sobre a violência sexual contra mulheres nas universidades.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Juristas debatem problemas no sistema eSocial

Para integrante da Comissão da Desburocratização, falha evidencia importância do trabalho do colegiado, que vai propor medidas para tornar a administração pública mais ágil

AGENDA BRASIL

A SEQUÊNCIA DE falhas na geração da guia do eSocial motivou debate na reunião de ontem da comissão de juristas que estuda propostas para a desburocratização.

Na semana passada, problemas no sistema da Receita Federal dificultaram o cadastramento de empregadores e empregados domésticos e a geração da guia de recolhimento dos tributos. O prazo para o registro, inicialmente previsto para a última sexta-feira, foi prorrogado para o dia 30.

Para o vice-presidente do colegiado, João Geraldo Piquet Carneiro, as falhas do sistema evidenciam a importância do trabalho da comissão. A advogada Mary Elbe Queiroz disse que o cidadão se vê obrigado, às vezes, a “repetir muitas informações” para o poder público e lamentou a persistência de rotinas burocráticas na administração. O doutor em economia Paulo Rabello de Castro sugeriu a manifestação da comissão sobre o assunto.

— O que o país mais precisa neste momento é de objetividade, efetividade e eficácia — declarou.

O ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel

acredita que há, nos últimos tempos, “uma queda de qualidade no serviço de apoio de informática” para a Receita. Ele disse que essa série de erros não é tradição da Receita e foi um lamentável incidente. Para Everardo, a Receita deveria “reconhecer o erro e ir em frente”. Ele sugeriu uma nota à imprensa, para mostrar que situações desse tipo poderão ser minoradas com uma administração pública menos burocrática.

O subsecretário de Tributos da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, reconheceu que o episódio é “lamentável e triste”. Ele apontou a dificuldade técnica de fazer os sistemas de todos os parceiros — Caixa e ministérios, por exemplo — “falarem a mesma língua”. Cardoso lembrou a dilatação do prazo e disse que há cerca de 1,4 milhão de empregadores cadastrados. A expectativa da Receita é que esse número chegue a 1,5 milhão.

Propostas

A comissão aprovou a sugestão de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para impedir o governo de editar normas administrativas por meio de medida provisória. Segundo o professor Otávio



Piquet Carneiro, Mauro Campbell e Rodrigues Júnior coordenam reunião: trabalho dos juristas deve ir até dezembro

Luiz Rodrigues Júnior, seria uma forma de dar mais previsibilidade e segurança jurídica ao cidadão. Rodrigues Júnior também sugeriu que a administração seja impedida de exigir do cidadão informações que já tenha em seus bancos de dados. Ele apresentou proposta de limitação da exigência de certidões durante o processo licitatório, sendo exigidas apenas aquelas já previstas em lei.

— Trará um impacto bastante positivo para a administração, para o cidadão e para as empresas que contratam com o estado — disse o professor.

A comissão também aprovou a sugestão de uma lei nacional

sobre licenciamento ambiental e a obrigatoriedade de ter todo esse processo disponibilizado na internet. Os juristas ainda aprovaram a sugestão de fixação de prazo máximo para a concessão de benefícios previdenciários e a extinção das “proclamas” para o casamento.

O presidente da comissão, Mauro Campbell, informou que deve se reunir com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para apresentar propostas na área administrativa da comissão. Ele disse que também vai tratar com Renan de alterações na PEC 112/2015, de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que regula o processo admi-

nistrativo de contestação de dívidas tributárias. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e ainda não tem relator. Campbell, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), entende que a PEC pode ser um veículo para as ideias do colegiado.

A comissão integra a Agenda Brasil, conjunto de propostas do Senado para estimular o crescimento econômico. A meta do colegiado é avaliar sugestões que simplifiquem e agilizem a administração pública. Composta por 20 juristas, tem como relator o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Renan anuncia análise de vetos para limpar pauta do Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou a realização de sessão do Congresso na terça-feira, dia 17, para análise dos vetos da presidente da República. Há 13 vetos de Dilma Rousseff na pauta à espera de votação — 6 destaques pendentes da última sessão e 7 vetos incluídos nas últimas semanas.

Renan ressaltou que é importante que a sessão aconteça, pois é preciso limpar a pauta para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária de 2016.

— Eu falei com a presidente da Comissão Mista de Orçamento [senadora Rose de Freitas, PMDB-ES] para que a comissão agilizasse os pro-

jetos, porque nós precisamos votá-los até o final do ano, senão não haverá recesso. Então é importante a agilização dessas propostas da CMO

para que possamos, depois da sessão do dia 17, apreciar todas essas matérias, que são urgentíssimas. O país espera que elas sejam apreciadas.

Renan disse ainda que o Orçamento precisa ser “o mais verdadeiro possível”. Na avaliação dele, esse é um avanço institucional pelo qual o país precisa passar. Ele lembrou que a lei orçamentária deste ano foi votada em março.

— Foi uma estratégia para que o Congresso verdadeiramente colaborasse com o ajuste das contas públicas com

um Orçamento menor, num prazo menor. No ano passado, votamos a redução da meta em dezembro, foi uma batalha. Esperamos que a batalha legislativa seja diferente este ano.

Ele disse também que conversará com o jurista Mauro Campbell, presidente da Comissão da Desburocratização, criada para propor a simplificação na relação do Estado com cidadãos e empresas. Renan destacou a importância da simplificação dos procedimentos no Brasil e disse que mudanças no setor são fundamentais.



Congresso precisa votar LDO e lei orçamentária até fim do ano, ressaltou Renan

Greve dos caminhoneiros reflete decepção do povo, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) afirmou ontem que a paralisação dos caminhoneiros reflete o sentimento de desencanto da população diante das dificuldades econômicas e do que chamou de “letargia” do governo. Para ela, a prioridade do governo deve ser arrumar o país e sinalizar com clareza que a economia começará o ano que vem em melhores condições. A senadora chamou a atenção para o desemprego como grande problema social decorrente da crise.

— As pessoas estão desencantadas, frustradas, decepcionadas. Acreditaram no que foi prometido e o governo faz que não ouve ou não quer ouvir.

Ela ressaltou que os caminhoneiros reiteraram as demandas de outras paralisações, como as relativas a valores de frete e de combustível, e disse que o governo não age adequadamente ao ameaçar a categoria.

Para Alvaro, categoria não crê no governo, que não a escuta

O risco de desabastecimento em decorrência da greve dos caminhoneiros foi apontado por Alvaro Dias (PSDB-PR). De acordo com ele, o governo parece não entender a importância da categoria. Prova disso, afirmou, é que os caminhoneiros teriam tentado ser ouvidos pelo governo, sem sucesso. Apenas o ministro do Trabalho e Previdência, Miguel Rosseto, recebeu-os, mas rapidamente, disse o senador, criticando ainda a atitude do governo de classificar os profissionais como “serviçais de interesses de partidos”.

— Os caminhoneiros não mais acreditam no governo. Eles cansaram de ouvir promessas não cumpridas. E apelam para a renúncia da presidente Dilma na esperança de tratar seus direitos com outro governo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medeiros cobra do Executivo diálogo com o movimento

José Medeiros (PPS-MT) salientou que muitos caminhoneiros fizeram empréstimo no BNDES e agora, com o aumento do combustível, que encarece o frete, o problema se agravou e muitos não podem pagar a dívida. Para ele, não é atacando a greve, classificando o movimento de político, que o governo vai resolver a questão.

— Tem que chamar os líderes e dialogar — afirmou. O senador sugeriu baixar o preço do combustível, em emenda a projeto de Donizete Nogueira (PT-TO) que torna obrigatório, em cidades com mais de 500 mil habitantes, o uso de 20% de biodiesel no óleo diesel usado no transporte público. A emenda estende essa composição a todo o transporte, inclusive o de carga, nas cidades com mais de 200 mil habitantes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, projeto de Romário pretende garantir recursos para programas de incentivo ao esporte educacional e de alto rendimento

Às vésperas da Rio 2016, legado da Olimpíada ainda é incógnita

Sergio Vieira e Pedro Pincer

GANHADOR DE UMA medalha de prata nas Olimpíadas de Seul, na Coreia do Sul, em 1988, e da Copa do Mundo nos Estados Unidos, em 1994, Romário (PSB-RJ) apresentou como primeiro projeto no Senado o que cria o Fundo Nacional do Legado Olímpico e Paralímpico. O PLS 26/2015 tem como objetivo financiar programas de desenvolvimento do esporte educacional e de alto rendimento.

— A Olimpíada vai transformar o Rio de Janeiro. Disso eu tenho absoluta certeza. O que precisamos garantir é que sejam transformações de que as pessoas realmente precisem e que tragam desenvolvimento, emprego e boas condições para as novas gerações de atletas — disse o senador em fevereiro, ao apresentar o projeto em Plenário.

Os recursos do fundo devem ser geridos e fiscalizados pelo Ministério do Esporte, que vai

determinar as condições de aplicação. Outro objetivo diz respeito à manutenção da infraestrutura do Parque Olímpico e do Complexo de Deodoro. A intenção é evitar problemas como o que aconteceu com a estrutura do Estádio Nilton Santos, que ficou fechado de maio de 2013 até o início deste ano.

O texto deixa claro que os recursos do fundo devem ser destinados prioritariamente ao esporte nas escolas ou às modalidades de alto rendimento olímpicas e paraolímpicas. Esta filosofia se coaduna, no entender de Romário, com o objetivo de manutenção da infraestrutura e dos equipamentos criados para o Parque Olímpico e o Complexo de Deodoro, principais sedes das competições do Comitê Olímpico Internacional (COI) no ano que vem.

— Nosso dever é impedir que sobre espaços ociosos. Meu foco é no esporte educacional e nos atletas de alto rendimento,

que muitas vezes não têm estruturas adequadas para se prepararem — diz Romário.

A ideia é que o fundo seja abastecido por dez anos com recursos provenientes, por exemplo, de repasses federais, dotações orçamentárias destinadas pela lei orçamentária anual e doações. Outra forma seria pelo repasse de 1% da arrecadação dos fundos de investimentos regionais e também de 1% da arrecadação bruta dos concursos de loterias federais, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios.

Somente com loterias, o programa pode arrecadar até R\$ 53,8 milhões anualmente, se for levada em conta a arrecadação das loterias federais em 2013 (já descontado o valor destinado aos prêmios).

Legado

O projeto foi aprovado em junho pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. E

agora é analisado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde Davi Alcolumbre (DEM-AP) foi indicado para a relatoria.

— O legado de um megaevento como esse fica, e isso independe até de haver um arcabouço legal regulando isso ou não. Acredito que o Senado, o poder público em geral, deve fazer de tudo para que o que

foi feito continue a ser utilizado pela população — disse o senador, relator da proposta na CAE. Ele acredita que esses objetivos não foram atingidos no Pan de 2007 e na Copa no ano passado.

— O velódromo no Rio de Janeiro, entre outras estruturas, foi desativado. E todos sabem que diversos estádios feitos para a Copa praticamente não são utilizados — afirma.

De onde vêm os recursos do fundo

- Verbas de repasses federais
- Dotações orçamentárias destinadas pela Lei Orçamentária Anual
- Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe forem especialmente destinados
- Subvenções de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais
- 1% da arrecadação dos fundos de investimento regionais
- 1% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios
- Reembolso de operações de empréstimo realizadas pelo fundo, a título de financiamento reembolsável, observados os critérios de remuneração que lhes preserve no mínimo o valor real
- Resultado de aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação
- Conversão da dívida externa com entidades e órgãos estrangeiros, unicamente mediante doações, em limite a ser fixado pelo Ministério da Fazenda

Comissão sugere política de reajuste para Bolsa-Atleta

A Comissão de Educação também analisou neste ano as políticas públicas dos Programas Bolsa-Atleta e Atleta Pódio, do governo federal. O relatório foi feito pelo presidente da comissão, Romário, após o colegiado ouvir em audiências uma série de atletas, jornalistas, acadêmicos e especialistas nas políticas.

Segundo Romário, no geral as iniciativas são vistas como bem-sucedidas pelos públicos-alvo. A Bolsa-Atleta já atendeu, com base em números de 2015, 6.093 competidores, e outros 255 têm

direito à Bolsa-Atleta Pódio, esta restrita a brasileiros que figurem entre os 20 melhores do mundo em suas modalidades.

Com o relatório aprovado pela comissão, foram encaminhadas recomendações ao Ministério do Esporte. Entre elas, a definição de uma política de reajustes para a Bolsa-Atleta; a redução do tempo entre a inscrição do atleta e o recebimento do benefício; e a definição de regras claras quanto à acumulação da Bolsa-Atleta com outros benefícios ou formas de patrocínio.

Lei permite deduzir do IR doação a projetos

A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438) está em vigor desde 2006, após ser aprovada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente Lula. O objetivo é destinar recursos para projetos na área esportiva por meio da renúncia fiscal, de forma semelhante ao que a Lei Rouanet faz na área da cultura.

Prevista para durar por dez anos, foi prorrogada até 2022.

Pela lei, podem ser deduzidos do Imposto de Renda (IR) devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas — ou em cada período de apuração, trimestral ou anual,

pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real —, os valores despendidos em patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos esportivos e paraesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

A lei determina que os recursos captados por meio do benefício fiscal devem atender a pelo menos uma das seguintes manifestações: esporte educacional, esporte de participação ou esporte de rendimento.

Com relação à quantia renunciada pela União em favor dos projetos, a lei permite que a pessoa jurídica deduza até 1% do

IR devido, em cada período de apuração. A pessoa física pode deduzir até 6% do IR devido.

Outra iniciativa do governo federal, a Política Nacional do Esporte e Lazer foi apresentada pelo em 2004, na 1ª Conferência Nacional do Esporte, em Brasília.

A mobilização envolveu 83 mil pessoas de 2,5 mil municípios. A aprovação do Conselho Nacional do Esporte permitiu a atividade esportiva ser tratada como questão de Estado e direito do cidadão. Onze anos e três olimpíadas depois (Atenas, Pequim e Londres), os resultados não estão nem perto dos esperados.



Romário (3º à esq.) visita as obras do Parque Olímpico com o prefeito Paes (D)

Remoções de moradores são motivo de preocupação

O dia 2 de outubro de 2009 entrou para a história do esporte brasileiro. Isso porque nesse dia, em Copenhague, na Dinamarca, o Rio de Janeiro era escolhido para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Desde então, a cidade e o país passaram a correr contra o tempo, acumulando a realização do megaevento do COI com a Copa do Mundo, no ano passado. Romário acredita que, ao final, os Jogos de 2016 também trarão ganhos para a população da capital fluminense.

— É claro que vai continuar faltando muita coisa, mas de qualquer forma a realização dos Jogos acelerou algumas obras que vão ficar para a população — disse Romário em entrevista à Agência Senado.

A duplicação do Elevado do Joá, o viário da Barra, a ligação do BRT Transoeste à linha 4 do metrô e a construção da Transolímpica são algumas das obras que prometem melhorar o complicado trânsito da cidade.

Na quarta-feira da semana passada, o senador esteve com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, com quem tratou sobre as famílias removidas por conta das obras.

Segundo dados do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, mais de 7 mil famílias, perfazendo um total de cerca

de 32 mil pessoas, terão sido removidas até o ano que vem.

— Isso me preocupa, as ONGs reclamam muito e acho que elas cumprem seu papel. Esse é um ponto negativo que aconteceu por causa da Copa e se repete de novo. Mas o prefeito me garante que as famílias têm sido removidas para lugares dignos — diz o senador, que afirma conversar sobre o assunto com as organizações do terceiro setor.

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), os jogos e as obras de infraestrutura centralizaram-se muito na região da Barra da Tijuca.

— Tudo hoje é feito para a Barra, a região mais rica onde existe um interesse enorme de especulação imobiliária. A maior parte da população, que está na região metropolitana, vai se beneficiar pouco — afirma o senador, fazendo coro a urbanistas e movimentos sociais que defendiam uma Olimpíada descentralizada.

Lindbergh liga essa concepção de organização com a política de remoções de populações menos favorecidas socioeconomicamente.

— É quase um “higienismo” o que acontece em alguns lugares. No meu entender, tem faltado principalmente um diálogo respeitoso com essas populações.

China e Estados Unidos podem servir de inspiração

Se você já passou noite em claro em frente à TV vibrando com as cestas de lendas do basquete como Michael Jordan e LeBron James, agradeça à tradicional política esportiva universitária que é praticada nos Estados Unidos.

Naquele país, a National Collegiate Athletic Association (NCAA) representa a organização máxima dos esportes universitários. Em uma realidade muito diferente da brasileira, a entidade abrange mais de 20 modalidades em quase mil instituições de todo o país.

O destaque que se dá para a formação gradual do esportista consolida as modalidades dentro das instituições de ensino. É praticamente impossível que um atleta deixe de passar pela etapa universitária — essencial para aqueles que querem se tornar profissionais.

No Brasil, ao atingir a maioria absoluta, grande parte dos atletas precisa optar entre os estudos e o esporte. Para não abandonar a carreira e, ao mesmo tempo, ingressar na faculdade, a oportunidade de intercâmbio com bolsas de estudos para atletas no exterior atrai um número cada vez maior de estudantes brasileiros.

Pela precariedade de estrutura e investimento, as universidades brasileiras exportam atletas e não fidelizam os esportistas em solo nacional. Embora não se tenham dados divulgados sobre o número de atletas brasileiros nas universidades americanas, é possível ter um parâmetro geral da captação de atletas estrangeiros pelas faculdades norte-americanas.

Segundo dados recentes da NCAA, do total de quase 455 mil estudantes atletas, mais de 8 mil são intercambistas de todo o mundo. A estratégia de sucesso consiste em oferecer estrutura de treinamento e

oportunidade de crescimento para possíveis talentos nas ligas nacionais.

O Brasil está longe de ter tal visão empreendedora. A formação integral do cidadão fica comprometida pelo sistema falho das categorias de base de muitas modalidades.

Projeto 119

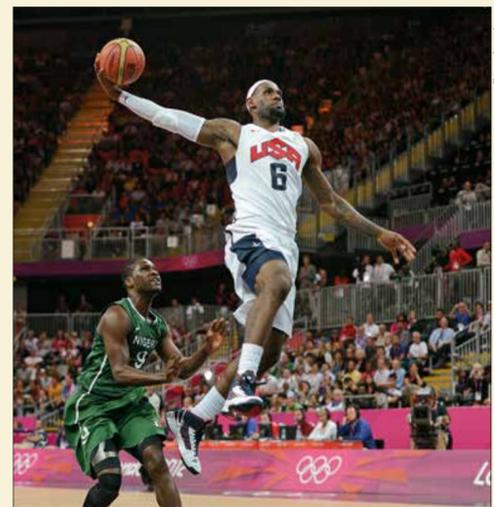
Ao terminar os Jogos de Pequim, em 2008, com 51 medalhas de ouro, 21 de prata e 28 de bronze, no total exato de 100, a China foi o primeiro país asiático a fechar a competição na liderança, desbancando a hegemonia americana desde os Jogos de Atlanta, em 1996.

O planejamento chinês para se tornar uma nova potência olímpica foi iniciado em 2000, logo após o país saber que as Olimpíadas de 2008 seriam em sua capital. O Projeto 119, criado pela Administração Geral de Esportes da China visando à formação de campeões em modalidades nas quais a China nunca teve tradição, como boxe, remo e vela, alcançou sucesso maior que o esperado em curto espaço de tempo.

Já em Sydney, na Austrália, em 2000, o país bateu o recorde de medalhas de ouro em Olimpíadas, que era de 16, chegando a 28 vitórias. Em Atenas, na Grécia, em 2004, a China ganhou 32 ouros, ficando a 4 dos Estados Unidos. Ao conquistar ouro em esportes como natação, atletismo, canoagem e tênis, os chineses mostraram que o grande investimento na formação de atletas na base é o caminho a ser seguido pelos países que sonham um dia em se tornar uma potência olímpica.

É simbólica a vitória da tenista Na Li sobre a bicampeã olímpica Venus Williams, por duplo 7/5. Assim como a nadadora Zige Liu, nos 200 metros borboleta, com direito ao recorde mundial. Ou o triunfo do esgrimista Zhong Man, responsável pela primeira medalha de ouro chinesa na modalidade.

Em 2012, em Londres, os chineses ficaram com a vice-liderança no quadro de medalhas, com 38 ouros conquistados, 8 atrás dos Estados Unidos.



LeBron James é um exemplo do sucesso da política esportiva dos Estados Unidos



Fotos: Washington Alves/COB, Wander Roberto/COB, Mauricio Kaye/CBV, Alexandre Vidal/CBB, Wander Roberto/COB, Mauricio Kaye/CBV, Washington Alves/COB, Mauricio Kaye/CBV e Alexandre Arruda/CBV

Saiba mais

Política Nacional do Esporte

<http://bit.ly/politicaEsporte>

Lei de Incentivo ao Esporte

<http://bit.ly/incentivoEsporte>

Plano Brasil Medalhas 2016,

que quer colocar o Brasil entre

os dez primeiros colocados

da próxima Olimpíada

<http://bit.ly/Medalhas2016>

Políticas Públicas do Esporte

na Brasil: razões para o

predomínio do alto rendimento

<http://bit.ly/politicasEsporteBrasil>

PLS 26/2015

<http://bit.ly/PLS26>

Veja todas as edições do Especial Cidadania

em www.senado.leg.br/especialcidadania

TV Brasil e Ancine buscam mais investimento e novos formatos

Preocupação com a visão da EBC como órgão oficial e produções audiovisuais também foram discutidas por conselho de Comunicação

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) do Congresso recebeu ontem o diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Manoel Rangel, a presidente do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Ana Luiza Fleck Saibro, e a coordenadora do projeto de análise de conteúdo da EBC, Maria Helena Weber, que debateram sobre a programação da TV Brasil e as ações da Ancine em prol do audiovisual brasileiro.

Maria Helena fez um resumo da grande pesquisa que ela comandou nos últimos dois anos de monitoramento e análise de toda a programação da TV Brasil, que culminou em um relatório de análise da qualidade técnica e de conteúdo da programação.

Ela explicou que a pesquisa levou em conta que a TV Brasil tem como um dos objetivos principais o interesse público de dar voz para o mais amplo espectro social do país, sem descuidar da técnica e da estética da programação.

Maria Helena informou que a pesquisa recomendou melhorias, como investimentos em produção e tecnologia; uma grade de programação mais funcional e atrativa; qualificação técnica de equipes de produção e mediadores; investimento em inovação e criatividade para criar novos formatos de programas e aperfeiçoar os existentes; valorização do cidadão como participante qualificado da programação; e desenvolvimento de projetos integrados com o setor educacional.

Ana Luiza Fleck Saibro acrescentou que uma das preocupações da EBC é



Manoel Rangel, Miguel Cançado, Ana Luiza Saibro e Maria Helena Weber na reunião do colegiado

de não ser uma simples extensão da comunicação oficial governamental.

— Ainda temos muitos problemas de técnica, ainda falta muito, mas é uma construção. Fizemos oito anos há dez dias. O Conselho Curador está sempre atento. A nossa preocupação é que a comunicação do governo, estando a EBC ligada à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, não seja usada como extensão da comunicação do governo. Também acho muito importantes essas constatações de que há, na programação, valorização da história da cultura brasileira, produção e registros artísticos, promoção de valores, produtos nacionais, autonomia em relação às demais emissoras, na verdade — disse Ana Luiza.

Por sua vez, o presidente da Ancine falou sobre as principais atividades da agência reguladora para alavancar a produção de conteúdos audiovisuais nacionais, como filmes e seriado, e incentivar investimentos na cadeia de

produção de obras independentes no país. Ele disse que a Ancine já firmou parcerias com quase todos os estados para criação de políticas públicas de apoio a filmes e obras seriadas de televisão, como obras de animação infantil, ficção e documentários.

Manoel Rangel informou que a Ancine e o governo têm programas de incentivo de investimentos na expansão de salas de cinema por todo o país. Ele disse que o Brasil possuía 2.800 salas de cinema ao final de 2014 e que a meta é chegar no final de 2015 com 3.030 salas. O dirigente disse que a agência trabalha no apoio à digitalização de todas as salas de cinema do país. Ele também debateu com os conselheiros a questão dos chamados serviços de vídeos por demanda, como o Netflix.

A reunião foi conduzida por Miguel Ângelo Cançado e contou com conselheiros como Walter Ceneviva, Davi Emerich, Celso Schröder, José Catarino do Nascimento e Patrícia Blanco.

Cabiperibe: “Aqui não é crime sonegar imposto”

João Capiberibe (PSB-AP) denunciou a impunidade dos sonegadores e classificou como negócio “criminoso e absurdo” o refinanciamento de dívidas tributárias. Ele alertou para os valores “surrupitados” na arrecadação de tributos: segundo dados do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, R\$ 518 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos em 2014



— Tem um pacto político para não mudar nada. Desde 1995, toda a legislação de punição da sonegação foi revogada. Hoje não é crime sonegar. Você pode sonegar imposto seguro de que não vai para a cadeia.

Cristovam vê caminhos para tirar país da crise

Cristovam Buarque (PDT-DF) agradeceu ontem a recepção que teve em viagem ao Rio Grande do Sul e se disse animado com as possibilidades de colaborar para que o Brasil supere a crise.



Segundo ele, a percepção do valor do trabalho e o investimento em educação são os motivos para acreditar que se pode sair da crise.

— Uma recessão a gente recupera em meses ou anos, mas uma decadência só em gerações. Não podemos deixar que isso aconteça. Ficaremos na história como a geração de políticos que deixou o Brasil sair do rumo.

Lúcia Vânia quer recursos para transporte no Centro-Oeste

Recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) podem ajudar a minimizar os problemas de transporte coletivo na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Entorno do Distrito Federal. A sugestão foi feita por Lúcia Vânia (PSB-GO) em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) na quarta-feira passada. Ela afirmou que a complexidade dos problemas na região é tão intensa que o volume de recursos do FCO é insuficiente para saná-los.

— A União falta em relação à Ride. Ela foi uma solução no primeiro momento, mas nós precisamos encontrar um instrumento legal mais ágil de

integração entre as três esferas de governo — União, estados e municípios —, uma vez que essa integração é muito difícil, ainda feita através de convênios e autorizações.

Lúcia Vânia advertiu que o governo federal entende que a Região Centro-Oeste é rica, o que é, na opinião dela, um equívoco.

O FCO, criado em 1988, tem entre as suas finalidades financiar obras de infraestrutura e projetos de empresas e de produtores rurais voltados para a geração de empregos e a produção de alimentos, por exemplo. Neste ano, o FCO deve distribuir cerca de R\$ 6 bilhões para projetos e programas que



Senadora avalia que Fundo Constitucional do Centro-Oeste pode ajudar a resolver problemas

buscam o desenvolvimento da região. Atualmente, Goiás e Mato Grosso recebem cada um 29% do FCO, Mato Grosso do Sul fica com 23% e o Distrito Federal tem direito a 19%.

Gleisi lamenta tatuagem ofensiva à Dilma Rousseff

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou que, mais uma vez, a presidente Dilma Rousseff, tenha sido vítima de agressões de cunho sexual.



Desta vez, um tatuador fez um desenho sexualmente ofensivo, sem qualquer conteúdo político ou de crítica oposicionista e sem, ao menos, questionar a mensagem solicitada.

— É por isso que temos mulheres sendo diariamente violentadas, abusadas e mortas em nosso país, sem que haja punição dos culpados. Há uma impunidade crônica nos crimes de violência contra a mulher.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Convidados de CPI pedem revisão da política de segurança pública

Audiência concluiu que combate à violência, investigação e punição devem ser foco de medidas para reduzir os assassinatos de jovens no país

PARA REDUZIR O número de homicídios de jovens no país, é preciso mudar o foco: combater a violência. É hora de rever a política de segurança pública, investigar, identificar e punir os autores. Paralelo a isso, devem continuar as políticas sociais e as campanhas de valorização dos direitos humanos. Essa é a conclusão dos participantes da audiência promovida ontem pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o assassinato de jovens no Brasil.

Os debatedores entendem que a criminalização do jovem pobre, negro e morador da periferia está relacionada a uma cultura da violência, baseada no racismo e no preconceito. E, para combater essa prática, apontam propostas que passam pela desmilitarização e melhor formação da polícia, maior controle das armas de fogo, revisão da política de combate às drogas e ampliação dos canais de denúncia e do acesso à Justiça.

— Precisamos aumentar o quadro de defensores públicos, via escolha democrática da ouvidoria dessas defensorias. Fomentar a contratação de defensores dativos com remuneração compatível à honorabilidade da advocacia, promover a articulação e mobilização da sociedade civil para a promoção de defesa de direitos e aproximar todos os integrantes da magistratura e do Ministério Público dos



Para Lindbergh (C), relator da CPI, política de guerra às drogas não dá resultado e sistema mata jovens e policiais

cidadãos — defende Vinícius Miguel, representante da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced).

O plano de combate à redução dos homicídios de jovens no Brasil lançado no início da década de 1990 já previa a investigação, responsabilização do agressor e reparação às famílias das vítimas, mas não deu certo, como ressalta Mário Volpi, representante de Cidadania do Unicef.

— O número de assassinatos aumentou e o fenômeno não gera a mesma indignação que causava antes — lamentou.

Para Wesley Silva, da ONG Amanhecer pela Redução, o poder público está ausente e só se impõe pela força. Com as unidades pacificadoras (UPPs) nas favelas, o tráfico se transferiu, disputando jovens de outros territórios, aumentando o número de desaparecidos, executados pelas milícias.

Ele lembra que os fuzis que

armam os jovens vieram das empresas de segurança privada e dos paióis de quartéis da PM. Mesmo assim, mais de 80% dos homicídios de adolescentes são cometidos por armas de curto calibre. Wesley defende a descriminalização do uso de drogas, a revisão do sistema carcerário e a mudança na política de segurança pública.

— Isso é uma política de extermínio. É uma ideologia baseada no racismo, que se apoderou das nossas estruturas. A gente precisa desmilitarizar a polícia. Não é razoável a gente olhar o território e as pessoas nele como nossas inimigas — disse.

Investigação

Sebastião Correia dos Santos, conselheiro da organização Viva Rio, propôs a investigação da Polícia Federal, especialmente na Baixada Fluminense, em relação ao tráfico de drogas e a cemitérios clandestinos.

— Se o governo, a gente, a

sociedade não enfrentar esse tema, a questão da violência contra os jovens não será resolvida. Educação, oportunidades para a juventude, empregabilidade, todos esses temas são muito importantes, mas hoje o mais premente é o combate à violência.

O relator da CPI, Lindbergh Farias (PT-RJ), lembrou o prazo de 180 dias para que a comissão apresente a conclusão do seu trabalho e sugeriu uma audiência na Baixada Fluminense até meados de dezembro.

— A CPI é mais um instrumento nessa mobilização de vários setores da sociedade pelo pacto na redução dos homicídios de jovens no país. Já avançamos em tantas outras áreas, mas ainda não conseguimos avançar nesse ponto. Temos um sistema que está matando nossa juventude e matando os policiais também. E uma política de guerra às drogas que não está dando resultado — afirmou o senador.

Subcomissão debate uso de minerais na construção civil

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração faz audiência pública interativa hoje, a partir das 14h30, sobre os tipos de minerais disponíveis para a construção civil. O debate ocorrerá na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Ligado à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o colegiado pretende avaliar o setor minerador do país com o objetivo de contribuir para a elaboração de um novo marco regulatório.

O tema faz parte da Agenda Brasil, conjunto de medidas propostas pelo Senado para retomar o crescimento. Uma proposta de legislação para a área tramita na Câmara dos Deputados (PL 5.807/2013).

Foram convidados para a reunião o presidente da Associação Nacional da Indústria da Cerâmica, Cesar Virgílio Gonçalves, e o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Rochas Ornamentais, Reinaldo Dantas Sampaio.

Também devem participar da audiência pública o presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, Flávio Rassi, e o assessor para Assuntos Minerários do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, José Mendo de Souza.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Paim lamenta pautas conservadoras com origem no Congresso

Paulo Paim (PT-RS), que esteve em Belém e Macapá para discutir o projeto que regulamenta a terceirização de mão de obra (PLC 30/2015), lamentou que “propostas conservadoras como essa” tenham origem no Congresso.

— Nem na ditadura militar esse tipo de projeto chegou a ser analisado pelo Legislativo.

O senador disse que foi tratada nas audiências no Pará a prevalência de acordo coletivo de trabalho sobre a legislação trabalhista. Paim considerou que essas medidas podem prejudicar os trabalhadores. Ele destacou que o assunto foi tema de reportagem da revista *Carta Capital* sobre a retirada de direitos sociais e culturais já conquistados.

Paim também lamentou o veto à desaposentadoria e registrou a morte do ex-prefeito de Porto Alegre João Verle.

Aloysio Nunes: “Governo Dilma atende interesses patrimonialistas”

O governo satisfaz o apetite de grupos e interesses políticos para se manter no poder, em detrimento da nação, segundo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— A gestão pública é tratada pelo governo de Dilma Rousseff de forma patrimonialista e fisiológica — afirmou.

Segundo o senador, a escolha do engenheiro José Alex Botelho de Oliva para a presidência do Porto de Santos foi baseada no apadrinhamento, e não considerando o preparo técnico do indicado.

Aloysio disse que a forma petista de governar o país “é característica de um sistema que já morreu, que abre as portas para a corrupção e gera mal-estar na sociedade”.



Crédito de R\$ 15,5 bi do BNDES a outros países é inaceitável, diz Reguffe

O financiamento do BNDES a empreendimentos no exterior foi criticado por Reguffe (PDT-DF). Para

o senador, “a ação do governo federal com o dinheiro do contribuinte é inaceitável”.

Ele disse que, em 2013 e 2014, o BNDES investiu R\$ 15,5 bilhões em projetos na Venezuela, Angola, Cuba, Bolívia e outros países, “valor que seria suficiente para construir mais de 100 hospitais ou financiar mais de 150 mil pequenos empreendimentos no Brasil”.

O senador pediu apoio a projeto de autoria dele que proíbe investimentos no exterior (PLS 261/2015). Reguffe disse ainda que considera absurdo o plano do governo de aumentar impostos.



Jucá critica Funai por paralisar obra de linhas de transmissão em RR

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que vai acionar a Funai na Justiça para que o órgão não impeça o trabalho de técnicos que elaboram o relatório de impacto ambiental das linhas de transmissão que vão interligar Roraima ao sistema elétrico nacional.

Segundo ele, a obra está paralisada por causa desse impasse com a Funai, que impede o trabalho dos técnicos sob a alegação de que a região pertence à reserva indígena waimiri-atroari.

— A paralisação das obras é uma visão ideológica e equivocada da Funai que prejudica os milhares de indígenas roraimenses que não têm energia de qualidade — disse o senador.



Telmário cita pesquisa sobre a situação das rodovias brasileiras

Telmário Mota (PDT-RR) citou pesquisa da Confederação Nacional de Transportes sobre as condições das estradas em 2015.

Isso coloca em risco a vida das pessoas, alertou o senador, lembrando que a pesquisa levou em conta as condições de pavimentação, as faixas centrais e laterais, as placas de limites de velocidade e as condições de visibilidade, além de estruturas de apoio, como postos, oficinas, borracharias e lanchonetes.

Ele também comemorou as previsões para o programa de banda larga do governo. A expectativa é que 70% dos brasileiros tenham acesso à internet com velocidade mais rápida até 2018.



Lei do Desporto deve tratar de governança

Especialistas que elaboram nova legislação para o esporte definiram temas para debate. Regulamentação de loteria por cota fixa, já vetada por Dilma, também será foco

A COMISSÃO DE juristas criada pelo Senado para elaborar anteprojeto de uma lei geral para o esporte começou a delinear ontem o conjunto de temas que devem ser abordados na nova legislação. Mais de uma dezena de tópicos são considerados prioritários, destacando-se os novos padrões de governança para as entidades esportivas e de responsabilização dos dirigentes.

A lista foi apresentada pelo presidente da comissão, Caio César Vieira Rocha, que também é presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), como ponto de partida para a seleção final, que deve ocorrer hoje, quando o colegiado volta a se reunir. A nova legislação deve ainda tratar das relações de trabalho nos esportes, de incentivos para as atividades esportivas, da revisão das regras sobre direitos de arena e do atual Estatuto do Torcedor.

A comissão deve sistematizar as normas já existentes, atualizando-as em um texto único. Hoje a legislação mais abrangente em matéria de esportes é a Lei Pelé (Lei 9.615/1998), que acabou com o direito do passe dos jogadores pelos clubes e instituiu o direito do consumidor nos

esportes. Outra norma é a lei que instituiu o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003).

Os membros da comissão podem ainda avançar sobre pontos que estão dependendo de regulamentação, como as apostas nos esportes. Em agosto, ao sancionar a MP do Futebol, que tratou do refinanciamento de dívidas dos clubes com a União, a presidente Dilma Rousseff vetou emenda que criava modalidade de loteria por cota fixa, aposta sobre resultados dos esportes. Alegou necessidade de regulamentação mais abrangente, para maior segurança jurídica, e níveis adequados de controle contra fraudes e evasão de divisas.

Ponto de partida

Nos debates de ontem, prevaleceu a ideia de que as leis já existentes serão tomadas como ponto de partida para as discussões, ainda que, ao fim, seus princípios e regras não prevaleçam. Confirmou-se, assim, a opinião do relator da comissão, o advogado Wladimir Vynicius de Moraes Camargos, que atuou no Ministério do Esporte e na Confederação Nacional de Clubes.

Pedro Tengrouse, também advogado com atuação prévia



Wladimir Vynicius Camargos, relator da comissão de juristas, Caio Rocha, presidente, e Álvaro Melo Filho, vice-presidente

em clubes e entidades que dirigem o futebol, observou que a legislação atual é um “conjunto de remendos”. Ele apelou para que a comissão não tenha receio de inovar e proporcionar ao esporte nacional um “choque de democracia, transparência e controle social”.

Os juristas debateram a definição clara de alguns conceitos com os quais a comissão trabalhará. Um deles é o próprio conceito de “esporte”, já que se discute financiamento e fomento de atividades esportivas.

Também é necessário, observaram os juristas, diferenciar o esporte educacional do de formação (o que se encontra nas categorias de base de clubes de futebol, por

exemplo, e pode ser entendido como atividade profissional não remunerada). Isso porque uma política de incentivo (inclusive financeiro) à primeira categoria deve ser formulada de modo a não correr o risco de ser subvertida para beneficiar majoritariamente a segunda.

Contribuições

A comissão sugeriu uma relação de especialistas que podem ser convidados para audiências públicas. Entre os citados, Fábio Cleto, vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal, que falará sobre apostas esportivas; Thiago Bottino, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que abordará gestão desleal e lavagem de dinheiro; e Pedro Batista Mar-

tins, advogado, que tratará do tema mediação e arbitragem judicial no esporte.

Os juristas estão consolidando também uma lista de entidades que deverão ser solicitadas a enviar contribuições à comissão. Foram citados os Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiro, as confederações e federações de todas as modalidades esportivas, o Ministério do Esporte e as secretarias estaduais e municipais de Esporte.

Também serão chamados a contribuir os movimentos Bom Senso Futebol Clube e o Atletas pela Cidadania, que representam os esportistas profissionais. A comissão pretende realizar ao menos uma audiência por região do país, ainda sem data marcada.

Paim busca acordo para projeto de designer de interiores

O projeto que determina condições para o exercício da profissão de designer de interiores deve ser votado na próxima semana e seguir para a sanção, disse Paulo Paim (PT-RS) ontem durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Designers e arquitetos debateram o PLC 97/2015 com representantes do governo. Pelo acordo, que está sendo conduzido por Paim — presidente da CDH e relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) —, a expressão “regulamentação” será trocada por “garantia” na ementa, o que possibilitará o envio do projeto à sanção, se aprovado, sem que precise voltar à Câmara.

— Meu objetivo é votar a proposta já no dia 18 — disse.

A representante do Ministério do Trabalho na audiência, Joicy Mirelly, afirmou que o exercício da atividade pelos designers é garantido, pelo fato de a profissão ser reconhecida, apesar de não regulamentada.

Já Márcia Santos, do Ministério da Educação, defendeu a interpretação de que o exercício profissional só pode ser restrito se houver risco social na prática da atividade. Ainda assim, Paim disse que a aprova-



Paim (C), em reunião da CDH, diz que votação deve ocorrer na próxima semana

ção do projeto da Câmara seria positiva, possibilitando “um regramento mais robusto” do que uma portaria ministerial.

Durante a audiência, houve divergências por causa da Resolução 51/2013, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que define a atividade de design de interiores como restrita a arquitetos. A norma foi classificada como “inconstitucional” pelo advogado da Associação Brasileira de Designers de Interiores (ABD), Jonatas Schmidt.

— O objetivo é incluir, não tornar privativo o exercício da atividade. O que está em jogo é a velha discussão entre liberdade versus restrições em um exercício profissional — disse.

Mas Haroldo Pinheiro, presidente do Conselho de Arquitetos, garantiu que os designers são vistos pelos

arquitetos como parceiros e que o conselho em nenhum momento ultrapassou o que é determinado pelas leis ou pela Constituição.

Acidentes

— Nossa preocupação, e acho que também deve ser a da ABD, é evitar a atuação de aventureiros e preservar a ética. A atuação de leigos nessa área já resultou em acidentes muito graves — afirmou.

Pinheiro também questionou a cobrança de comissões por parte de designers. Ele entende que o foco do projeto deve estar no interesse social, e não em discussões corporativas que também poderiam resultar em cerceamentos a arquitetos ou urbanistas. Já os representantes dos designers disseram que a cobrança não fere a ética, desde que previamente acordada.

Congresso homenageia hoje os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil

O 85º aniversário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) será comemorado com uma sessão solene do Congresso, hoje, a partir das 11h.

A OAB foi criada em 18 de novembro de 1930, por um decreto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. Teve papel relevante na luta pelo retorno da democracia durante o período da ditadura militar. Inicialmente, a Ordem apoiou a ação das Forças Armadas. Porém, dois meses depois, em junho de 1964, a OAB decidiu que os advogados com os direitos políticos suspensos poderiam continuar a exercer a profissão. Quatro meses depois, os conselheiros protestaram contra atentados e perseguições a advogados.

Em maio de 1978, a 7ª Conferência Nacional dos Advogados lançou um manifesto, conhecido por *Declaração de Curitiba*, em que repudiou o estado de exceção no Brasil. “Os direitos fundamentais não podem sofrer agravo de grupos ou entidades privadas e, com maior razão, devem ser postos no abrigo de agressões que decorram das autoridades constituídas, cujo dever primeiro será o de amparar o livre

desenvolvimento daqueles direitos. No Estado de direito, a segurança constitui meio de garantir as liberdades públicas. Protege-se o Estado, para que este possa garantir os direitos individuais”, dizia a nota.

Dois anos depois, a secretária do então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, Lyda Monteiro da Silva, morreu após um atentado a bomba. Na época, a Ordem insistia na identificação dos agentes e ex-agentes dos serviços de segurança suspeitos do atentado sofrido pelo jurista Dalmo Dallari, sequestrado e agredido em 2 de julho de 1980, em São Paulo.

A OAB participou do movimento pelas Diretas Já, para que as eleições presidenciais de 1984 fossem diretas. Com a derrota da emenda constitucional, comemorou a escolha, por um colégio eleitoral, de Tancredo Neves para ocupar a Presidência da República.

Há 909.578 advogados registrados na Ordem dos Advogados do Brasil. A maioria no estado de São Paulo, seguido do Rio de Janeiro. O Conselho Federal da Ordem é atualmente presidido por Marcos Vinicius Furtado Coêlho.